



Gestão Documental e de Sistemas de Arquivo ■



O GABINETE DE ESTUDOS de Arquivos Correntes (GEAC), dependente da Direcção de Serviços de Arquivística (DSA), foi reactivado em 3 de Janeiro do corrente ano. Este facto é demonstrativo do desejo de suprir uma carência tradicional do Instituto relativamente à área de gestão documental e de sistemas de arquivo classicamente integrados no domínio do que se convencionou designar por «Arquivos Correntes». De acordo com a Lei Orgânica do IAN/TT este Gabinete está vocacionado para o trabalho externo no apoio à Administração Pública (AP)

no âmbito de reestruturação ou implementação dos seus sistemas de arquivo ou de componentes específicas do mesmo. Neste contexto não há diferenciação entre documentos tradicionais e documentos electrónicos visto que ambos se integram no contexto funcional das actividades desenvolvidas pela organização.

No seu plano de actividades para 2005 o GEAC propõe como actividades estratégicas a consolidação da oferta do apoio técnico à AP, a promoção e implementação das normas adoptadas pelo IAN/TT relativamente a gestão de documentos e que são a NP ISO →



Neste número

- 01 • Gestão Documental e de Sistemas de Arquivo
- 03 • Prémio Fernandes Costa Arquivo Distrital do Porto
- 03 • Mega Abril Juvenil Arquivo Distrital de Leiria
- 04 • Acordos de Colaboração
- 04 • Arquivo Municipal de Amarante
- 05 • O Arquivo da União Nacional
- 06 • Serviços de Centralização e Coordenação de Informações
- 07 • Normas e Boas Práticas em Arquivo
- 08 • Um novo tesouro da Torre do Tombo
- 10 • Cooperação com os PALOP
- 11 • Simpósio em Évora
- 11 • Protocolos
- 11 • Cartas dos Condes de Rio Maior
- 11 • Cartografia Virtual
- 11 • Documentos dos Séc. IX e X
- 12 • Tradução das ISAAR(CPF) e ISAD(G)
- 12 • Exposição – Heráldica Portuguesa na Porcelana Chinesa de Exportação

→ 15489 e a especificação MOREQ, esta última traduzida e adaptada pelo grupo de trabalho do programa SIADE no ano de 2002. São ainda alvo de atenção do GEAC a assessoria interna, i.e., dirigida ao próprio Instituto dos Arquivos Nacionais no âmbito da reestruturação do seu sistema de arquivo, compreendendo naturalmente os Arquivos Distritais enquanto serviços deslocalizados. Dado tratar-se de uma nova unidade orgânica que exige a sua construção a partir da base, considerou-se como tarefa prioritária a elaboração e consolidação de modelos e ferramentas de trabalho adequadas a dar resposta eficaz às novas solicitações tanto de carácter técnico como de envolvimento organizacional com os actores sociais clientes. Neste contexto a definição de um modelo contratual com as organizações assessoradas constituiu um documento base, já elaborado e aprovado, para a normalização do processo de assessorias externas. A criação de competências é igualmente uma das vertentes que se considerou merecer um forte investimento embora naturalmente condicionada às carências orçamentais que presentemente afectam o IAN/TT.

A acção do GEAC foi pensada numa lógica de articulação com a DAI (Divisão de Arquivos Intermédios) visto que as suas actividades são indissociáveis e aglutinam áreas de intervenção praticamente integradas.

No contexto dos objectivos acima expostos, vários projectos foram lançados procurando cobrir as diversas áreas de intervenção:

Foi iniciado e desenvolvido o contacto com organizações que tinham já solicitado apoio técnico na áreas de sistema de arquivo nomeadamente o Instituto do Emprego e Formação Profissional, com quem será celebrado pela primeira vez o acordo de coope-

ração que formaliza a prestação deste serviço por parte do IAN/TT. Relativamente a este projecto é importante referir que se prevê como contrapartida à assessoria realizada pelo GEAC receber-se um conjunto significativo de acções de formação, tanto em áreas gerais de administração como da qualidade e mesmo de temas técnicos específicos dirigidos aos funcionários do IAN/TT. A assessoria à Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA) e Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) no âmbito dos seus planos de classificação encontram-se em fase de execução.

Cooperativamente com a DAI e na sequência do trabalho que já vinha sendo desenvolvido, foi assegurado o apoio à Segurança Social para a elaboração de um Plano de Preservação Digital que servirá posteriormente como um modelo e recomendação para a elaboração de documentos desta natureza na AP. Foi igualmente reformulado o projecto, iniciado pelo Despacho Conjunto 427/99, de elaboração de um Decreto-Lei que regulamentasse o destino final das séries comuns. Neste sentido optou-se, numa fase mais imediata, pela elaboração de um documento normativo comportando recomendações para a gestão e identificação das séries comuns na AP. O GEAC foi ainda solicitado para avaliar a macroestrutura de classificação criada para o Ministério das Finanças dentro de um projecto transversal ao mesmo, coordenado pelo Instituto de Informática. No âmbito deste apoio o GEAC assegurou a realização de três acções de formação sobre classificação dirigidas a funcionários de organismos do Ministério das Finanças.

Para a promoção e divulgação de normas e recomendações estão previstas a organização da uma acção

de divulgação e apresentação da norma NP ISO 15489 que terá lugar em 30 de Março e ainda a tradução do documento do CIA/CER intitulado *Electronic Records: a workbook for archivists*.

Um dos aspectos estratégicos considerados pelo GEAC é a área do Governo Electrónico. Neste campo e após iniciado o diálogo com a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC), Instituto responsável para gestão transversal deste macroprojecto, foi acordada, e será futuramente protocolada, a participação do IAN no projecto transversal de interoperabilidade semântica que visa a criação de uma estrutura geral de metadados para a AP assim com a definição e credibilização do documento electrónico tanto para os serviços produtores como relativamente ao cidadão utilizador. Neste contexto foi já apresentado à UMIC para avaliação uma proposta de plano de divulgação contendo várias acções que deverão contar com a participação de especialistas nacionais e estrangeiros, sendo a participação destes últimos organizada juntamente com a ERPANET. Esta cooperação é significativa na medida em que promove a participação do Instituto em áreas estratégicas para o Governo e Administração Pública. Ainda no âmbito desta cooperação pretende-se concorrer ao Programa POSC (Programa Operacional Sociedade do Conhecimento) com um projecto de desenvolvimento de um Arquivo Digital que venha no futuro viabilizar a incorporação no IAN/TT dos documentos electrónicos produzidos na AP e considerados como possuindo suficiente valor histórico e social para serem continuamente preservados e acessibilizados ao público.

Francisco Barbedo

COORDENADOR DO GEAC

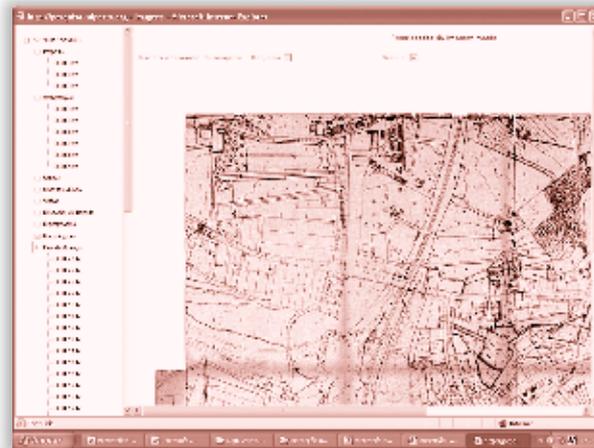
Prémio Fernandes Costa – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP atribuído ao Arquivo Distrital do Porto ■

A EDIÇÃO DE 2004 DO PRÉMIO Fernandes Costa, promovido pelo Instituto de Informática, contemplou o trabalho «DigitArq: do arquivo digital ao utilizador», considerado o que melhor responde à «inovação e contributo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação».

O trabalho premiado é o resultado do projecto DigitArq, desenvolvido e executado pelo Arquivo Distrital do Porto, com financiamento do IAN/TT e do Plano Operacional da Cultura (POC), constituído por um conjunto de procedimentos de gestão arquivística e de aplicações informáticas que visam a digitalização de originais e a colocação em consulta ao público, local e remota, dessas reproduções e dos instrumentos de acesso aos documentos.

O projecto permitiu modernizar ainda mais o funcionamento do Arquivo, quer nos procedimentos internos quer no relacionamento com os seus diversos utilizadores.

Com o objectivo de implementar um arquivo digital, desenvolveram-se processos de semi-automatização da digitalização, com meta-informa-



ção associada, e de gestão dos documentos electrónicos e efectuou-se a conversão de todos os instrumentos de descrição construídos desde a criação do Arquivo Distrital nos anos 30 do séc. XX – elaborados em papel ou que se encontravam em Arqbase, Word, Access, Excel – para ficheiros em formato XML, devidamente normalizados pela utilização das normas ISAD e ISAAR(CPF) e do EAD, recorrendo à técnica da descrição multinível. A aplicação que recolheu esta conversão encontra-se ligada ao software que gere os objectos digitais (GOD), fornecendo a meta-informação arquivística.

A inter-relação entre as duas aplicações possibilita ao utilizador que efectua a pesquisa, na *Internet* ou

na rede interna do ADP, obter a informação não só da descrição contextualizada como também, quando disponíveis, as reproduções digitalizadas dos documentos e a respectiva meta-informação.

No âmbito do projecto foi, ainda, possível desenvolver uma pequena aplicação de apoio à gestão da aquisição de fundos arquivísticos que permite a elaboração pelas entida-

des produtoras das guias de remessa em formato digital e a exportação dos dados para o DigitArq.

O projecto foi importante na consolidação de conhecimentos de carácter científico-técnico e metodológico e na abordagem das várias questões relacionadas com a gestão e preservação dos documentos digitais, área deficitária no panorama arquivístico nacional e de urgente intervenção face à evolução tecnológica e às solicitações que o Arquivo Distrital do Porto tem recebido.

Para mais informações sobre este projecto: <http://www.adporto.org/paginas/projec.htm#curso>

Maria João Pires de Lima

DIRECTORA DO ARQUIVO

LEIRIA

Participação do Arquivo no Mega Abril Juvenil ■

ORGANIZADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA decorre, de 21 de Março a 1 de Maio de 2005, o *Mega Abril Juvenil*. O Arquivo Distrital de Leiria participa nas actividades com o *Atelier de Encadernação*.

A exposição *Novos Criadores* que integrará os trabalhos desenvolvidos nos diferentes *ateliers* no âmbito do *Mega Abril Juvenil* vai estar patente, de 10 a 22 de Abril, nas instalações do Arquivo Distrital de Leiria. [1]

Novos Acordos de Colaboração ■

NO ÂMBITO DO Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), o IAN/TT tem vindo, desde 1998, a financiar as Câmaras Municipais de todo o País, dando cumprimento ao definido no Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro, que determina caber ao Estado «garantir a qualidade das instalações destinadas aos Arquivos».

O Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM) concretiza ainda uma das competências do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, definidas pelo Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de Março, que determina «o apoio às autarquias no planeamento e construção da Rede de Arquivos Municipais».



FOTO: JOSE ANTONIO SILVA

Neste contexto, durante o mês de Fevereiro, decorreram, em diversos pontos do País, as assinaturas dos Acordos de Colaboração com vinte e oito Autarquias cujas candidaturas, apresentadas em 2003, tiveram aprovação.

As cerimónias foram presidiadas por Sua Excelência a Ministra da Cultura e por Sua Excelência o Secretário de Estado dos Bens Culturais.

A comparticipação do IAN/TT, num total de € 4.892.681 e a financiar entre 2006/2007, destina-se a obras de construção de raiz/adaptação de edifícios e aquisição de equipamento básico para os Arquivos Municipais das seguintes Autarquias:

Estremoz, Évora, Redondo, Ferreira do Alentejo, Nisa, Palmela, Portalegre, Abrantes, Benavente, Vila Nova da Barquinha, Vila de Rei, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Paredes de Coura, Sabrosa, Sernancelhe, Valença, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Paiva, Albergaria-a-Velha, Guarda, Murtosa, Penamacor, Penela, Pinhel, S. João da Madeira e Vale de Cambra. [1]

Arquivo Municipal de Amarante ■

Casa da Cerca, 4600-034 Amarante | tel. 255420286

Horário: 2.ª a 6.ª das 9-12H00 e das 14-17H30

Responsável: Dr.ª Sílvia Ribeiro

COM O APOIO FINANCEIRO DO IAN/TT, NO VALOR total de € 218.224, foram inauguradas no dia 26 de Fevereiro as novas instalações do Arquivo Municipal de Amarante, dando-se cumprimento ao Acordo de Colaboração celebrado com a respectiva Autarquia, no âmbito do PARAM, em 1999.

Sito no centro da cidade, e após obras de remodelação, o edifício denominado «Casa da Cerca» destina-se, em partilha com a Biblioteca da Rede de Leitura Pública, à instalação do Arquivo Municipal cujo acervo histórico remonta a 1535.

Integra fundos da Administração do Concelho, Órgãos, Serviços Administrativos, Património, Serviços Financeiros, Impostos, Eleições, Funções Militares, Segurança Pública, Obras, Habitação, Saúde e Assistência, Educação, e ainda documentação dos extintos Concelhos de Gestaço, Gouveia de Riba Tâmega, Santa Cruz de Riba Tâmega, da Comenda de Santa Maria de Gondar, do Convento de São Gonçalo-Amarante, do Couto de Mancelos, Couto de Travanca, Honra de Ovelha do Marão, Honra de Vila Caiz, Junta de Freguesia de Carneiro, Junta de Freguesia de Carvalho de Rei, Junta de Freguesia de Freixo de Baixo, Junta de Freguesia de Freixo de Cima, Junta de Freguesia de Sanche, Ordem Terceira de São Francisco, Família do General Silveira, Fundos Judiciais e Fundos Notariais. [1]

O Arquivo da União Nacional Acção Nacional Popular ■



ESTÃO EM CURSO NO IAN/TT os trabalhos de descrição arquivística do fundo documental da União Nacional e do organismo que lhe sucedeu, a Acção Nacional Popular, prevendo-se para o início de 2006 a disponibilização do respectivo Inventário.

A U.N. foi uma associação com personalidade jurídica, «destinada a promover e assegurar, na ordem política, a realização e a defesa dos objetivos da Revolução Nacional de 28 de Maio de 1926 e dos princípios inspiradores da Constituição do Estado».

Em 1932, os Decretos n.º 21:608, de 20 de Agosto, e n.º 21:859, de 12 de Novembro, aprovaram os estatutos da U.N. e consignaram aspectos essenciais da sua organização e funcionamento. As alterações estatutárias decorrentes da Portaria n.º 7:909, de 30 de Outubro de 1934, incidiram sobre os seus meios de acção e alguns princípios. Nos termos da Carta Orgânica do Império Colonial Português, a Portaria n.º 9:490, de 29 de Março de 1940, estendeu a aplicação dos estatutos da U.N. a todas as colónias. A partir de 1951, pelo Decreto n.º 38:519, de 22 de Novembro, os congressos da U. N. passaram a ter competências para alterar ou reformar os respectivos estatutos.

A U.N. era superiormente dirigida por uma Comissão Central. O exercício permanente das funções da Comissão Central era assegurado pela Comissão Executiva, junto da qual funcionava a Comissão Administrativa. Em colaboração directa com a Comissão Central funcionava a Junta Consultiva. Na sede de cada distrito, concelho,

ou freguesia, havia uma Comissão Distrital, ou Concelhia, ou de Freguesia, subordinada hierarquicamente à Comissão Central. Em cada província ultramarina funcionava uma Comissão de Província.

Para incentivar a discussão de problemas políticos, rever a orgânica interna da U.N., eleger o presidente da Comissão Central e fixar a duração do seu mandato, a Comissão Central promovia, pelo menos de cinco em cinco anos, a realização de congressos plenários. Por outro lado, a Comissão Executiva promovia a realização de conferências, que visavam incrementar os trabalhos dos «centros de estudos político-sociais».

Em 1970, a U.N. recebeu a denominação de Acção Nacional Popular. Os direitos, as obrigações e os quadros da U.N. subsistiram, no essencial, sendo considerados filiados na A.N.P. todos aqueles que estavam filiados na U.N.

Os estatutos da A.N.P., aprovados na mesma data, reformularam alguns aspectos relativos à sua natureza, meios de acção, filiados e órgãos dirigentes.

O Arquivo da U.N./A.N.P., cujo âmbito cronológico se situa entre 1932 e 1974, compreende 1122 unidades de instalação.

A documentação em causa ilustra, predominantemente, a actividade da Comissão Executiva. Para além de estatutos, actas, despachos e circulares, a parcela mais relevante deste conjunto documental é constituída

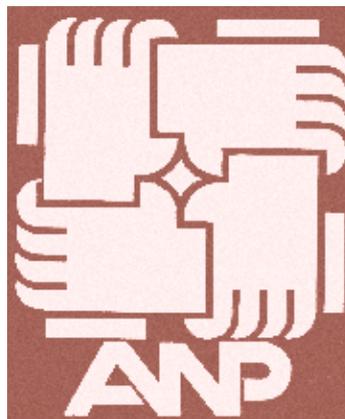
por séries de correspondência. Destas séries, são particularmente significativas para a compreensão da U.N./A.N.P., aquelas que: refletem a sua vida interna, designadamente, a constituição e o funcionamento das respectivas comissões dirigentes, dos congressos e das conferências; facultam, de modo contínuo, informação sobre a actividade e as pretensões das comissões distritais, concelhias, de freguesia e provinciais; testemunham os critérios de filiação e as expectativas dos filiados; incidem sobre o recenseamento eleitoral e as eleições legislativas ou presidenciais; ilustram o relacionamento com diversas entidades como, a

Assembleia Nacional, a Presidência da República, o Gabinete do Presidente do Conselho, a Câmara Corporativa, os Ministérios, a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana, a Guarda Fiscal, a

PIDE/DGS, a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, as unidades militares, a Direcção dos Serviços de Censura, e diversos organismos corporativos.

O Arquivo da U.N./A.N.P. integra também documentação decorrente do funcionamento da Comissão Administrativa, do Centro de Estudos Corporativos, do Centro de Estudos Político-Sociais e da Comissão de Propaganda.

M. Garcia



Serviços de Centralização e Coordenação de Informações ■

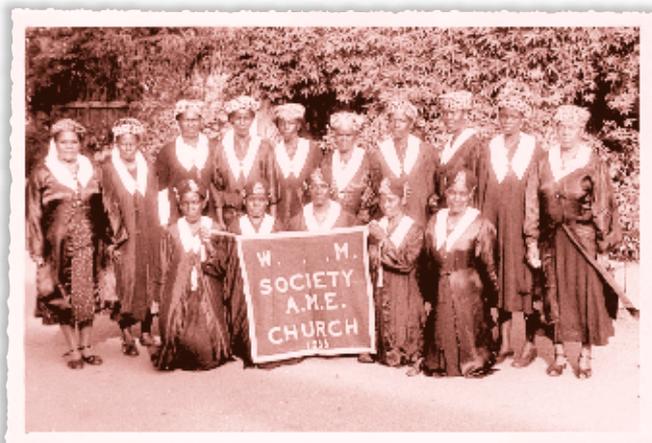
OS SERVIÇOS de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI) foram criados em Angola (SCCIA) e em Moçambique (SCCIM), na sequência da guerra de África, para reforço dos serviços de informações militares nas colónias portuguesas. Nesse sentido, foi publicado o Decreto-Lei n.º 43761, de 29 de Junho de 1961.

Esses Serviços tinham por objectivo «reunir, estudar e difundir informações que interessassem à política, à administração e à defesa da Província» e neles eram centralizadas, não só a recolha de informações locais, mas também as recolhidas através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Ministério do Ultramar, da Defesa Nacional e das delegações da PIDE, as quais davam acesso à informação estratégica.

A técnica de recolha de informação, a sua análise e coordenação de difusão era observada pelos ramos militares e civis e o mecanismo para este processo de cooperação era feito através dos SCCI, que existiam a nível local, regional, distrital e provincial, para os quais o contacto com a população e a utilização de intérpretes e tradutores era considerado de extrema importância.

Os SCCI elaboravam relatórios periódicos dos acontecimentos, com base nas informações provenientes dos diferentes organismos, com os quais estavam ligados.

As atribuições conferidas a estes Serviços foram exercidas por diversos órgãos, nomeadamente os Gabinetes de Estudos



Militares, Civil, Político, de Actividades, Especiais, Repartição Administrativa, Centro de Mensagens e Secções Distritais.

Os SCCI mantiveram-se ainda após o 25 de Abril de 1974, sob a tutela do Ministério da Informação, dos Governos de Transição, integrando uma Direcção de Serviços e Secções Distritais.

Em Moçambique a actividade de informações era coordenada e centralizada pelo Serviço de Acção Psicossocial, que envolvia um complexo processo de definição e orientação do esforço de pesquisa, avaliação, análise, integração e interpretação das informações, as quais deviam ser oportunas, precisas e adequadas. Com um novo projecto de reorganização, em 1966, este Serviço de Acção Psicossocial foi extinto, tendo as suas competências sido transferidas para Gabinetes dentro dos SCCIM.

Ao contrário do que sucedia em Angola, os SCCIM integravam também um Centro de Documentação e um Centro de Publicações e Traduções. No seu conjunto destacava-se, ainda, o Centro de Difusão incumbido da elaboração da resenha semanal de informações.

Trata-se de documentação relevante para o conhecimento da política de controlo da informação no contexto da guerra colonial em Angola e Moçambique.

A documentação dos SCCIA existente na Torre do Tombo, num total de 202 livros, 290 processos, abrangendo o período de 1961-1975, é constituída

por processos de informação, registos de entrada e saída de correspondência confidencial, registos de entrada de telegramas e mensagens, regulamentos, relatórios dos Governos Distritais, relatórios especiais de informação, de situação, resenhas de notícias diárias com informações e contra-informações de carácter político, social, administrativo, militar sobre as Forças Militarizadas, os movimentos considerados subversivos, missões religiosas e o funcionamento dos próprios SCCIA. Dispõe de inventário (L 602).

Relativamente aos SCCIM encontram-se estudos para reorganização dos SCCIM, e documentos relativos a associações recreativas e culturais suspeitas de subversão, economia, situação política e social, problemas raciais, ensino e dialectos, religiões e relações internacionais. Consta de mais de 2500 processos, abrangendo o período de 1961-1975.

A consulta da documentação dos SCCI está sujeita a reservas, ao abrigo do Art.º 17 do Decreto-lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro.

Maria Margarida Oliveira

TÉCNICA SUPERIOR DE ARQUIVO

Normas e Boas Práticas em Arquivo ■

NOS DIAS 20 E 21 DE JANEIRO

de 2005, o IAN/TT promoveu uma conferência e sessões de trabalho internas sobre a experiência espanhola relativamente a instrumentos para o exercício de boas práticas em Arquivo.

A conferencista principal foi Blanca Desantes, responsável pela Área de Coordenação e Programação da Subdirecção-Geral dos Arquivos Estatais de Espanha e membro da Secção das Normas e Boas Práticas do Conselho Internacional de Arquivos.

A conferência pública de Blanca Desantes teve lugar na manhã de dia 20, no IAN/TT, e incidiu sobre a 2.ª edição da Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares, e Famílias – ISAAR (CPF). Foram focados aspectos do complexo processo de elaboração da norma. A este propósito, Blanca Desantes referiu o sistema de trabalho seguido pela Subdirecção-Geral dos Arquivos de Espanha, entre os arquivos estatais e os das comunidades autónomas, com vista à produção de um documento sobre aquela norma. A conferencista aludiu a diversos aspectos da norma e da sua aplicação, entre os quais se destacam os seguintes: o laborioso processo de decisão quanto à escolha de formas autorizadas dos nomes dos produtores de arquivo (prevendo-se nesta 2.ª ed. a possibilidade de ser contemplada mais do que uma forma para o mesmo produtor); o multilinguismo consagrado nas formas paralelas do nome; a ligação, em ambos os sentidos, entre a ISAAR (CPF) e a ISAD(G); a opção pela forma narrativa ou estruturada de apresentação do texto relativo à História

Institucional, conforme se tratem de instituições produtoras de documentação de arquivo medievais e modernas ou contemporâneas.

Na tarde de 20 de Janeiro, Blanca Desantes apresentou o Censo Guia de Arquivos da Ibero América (CGA) e o Projecto Arquivos Espanhóis em Rede (AER) cuja informação está disponível respectivamente em http://aer.mcu.es/sgae/index_censo_guia.jsp e http://aer.mcu.es/sgae/jsp/aer/indice/ae_wd_al_index.jsp.

Ambos os projectos têm vindo a ser desenvolvidos a partir da Subdirecção-Geral dos Arquivos Estatais de Espanha. O Censo Guia é um projecto iniciado há cerca de 30 anos. Integra informação relativa a vários arquivos da América Latina. Ganhou novas características e dimensão quando passou a ser disponibilizado em linha. É, no essencial, um directório de arquivos, com informações base sobre a localização, contactos, funcionamento e acervo respectivos. Inclui pontos de acesso para pesquisa, transversais aos vários arquivos.

O AER, integrando presentemente arquivos estatais de Espanha, tem como uma componente fundamental a disponibilização em linha de imagens digitais de documentos de arquivo e o acesso à descrição desses e de outros documentos não digitalizados. Numa primeira fase a digitalização compreendia sobretudo documentação relacionada com a América Latina. Actualmente já estão disponíveis imagens de outros documentos. Blanca Desantes elencou alguns dos factores presentemente considerados na selecção dos documentos a digitalizar:

1. Documentação descrita e organizada;

2. Estado de conservação;
3. Procura dos investigadores e do público em geral;
4. Documentos relativos à História comum de outros países;
5. Suporte e tipo de documentos;
6. Existência de outro tipo de reproduções. As imagens disponibilizadas, em formato JPEG, apresentam-se ou tornam-se, em geral, legíveis, através da incorporação de formas de tratamento da imagem pelo utilizador. As matrizes das imagens, em formato TIFF, permanecem nos serviços de arquivo.

Tanto o Censo Guia como o AER recorrem aos ficheiros de autoridades que, seguindo a ISAAR(CPF), começaram a ser constituídos e validados pela Subdirecção-Geral dos Arquivos Estatais de Espanha. No âmbito deste trabalho vão sendo agregados os comentários dos responsáveis pela descrição arquivística e pela referência dos arquivos estatais.

No dia 21 de Janeiro de manhã, Blanca Desantes fez uma breve apresentação do EAG (*Encoded Archival Guide*). Este DTD (*Document Type Definition*) é uma norma para codificar a informação geral relativa aos serviços de arquivo. Foi desenvolvida no âmbito do Censo Guia, utilizando a tecnologia XML.

Seguidamente, António Sousa, Francisco Barbedo e Silvestre Lacerda, do Arquivo Distrital do Porto, apresentaram uma súmula do projecto Digitalq que envolveu a reconversão de instrumentos de pesquisa aplicando o DTD EAD (*Encoded Archival Description*) e a tecnologia XML. Sobre este projecto, premiado, ver outra notícia na página 3 e <http://www.iantt.pt>.

Ana Cannas

COORDENADORA DO GEPT

Um novo tesouro da Torre do Tombo ■

FOI AGORA INTEGRADO NO ACERVO da Torre do Tombo o último dos grandes atlas universais da prestigiada Cartografia Portuguesa dos séculos XVI e XVII. Deste tipo de obras, em que se representam todas as partes do Mundo, conservam-se seis exemplares em Portugal estando os restantes vinte e quatro que se conhecem em bibliotecas do estrangeiro, pois estas obras de aparato sempre foram muito cobichadas. Este tesouro, que conseguiu sobreviver às catástrofes naturais ou à incúria dos homens, pode assim permanecer em Portugal enriquecendo o nosso património e em particular o do Arquivo Nacional.

A peça agora adquirida foi feita em 1643, situando-se, pois, no período da Restauração, uma fase decisiva na afirmação da independência nacional durante a qual se realizaram importantes iniciativas em domínios como o da Cartografia. Um excelente exemplo nesta área é o da obra em consideração, que nos permite perspectivar uma imagem do Mundo tal como ele era visto há trezentos e sessenta e dois anos por aquele que foi o mais eminente cartógrafo desse tempo em Portugal: João Teixeira.

De João Teixeira sabe-se que nasceu em Lisboa, talvez no iní-

cio do último quartel do século XVI, e que morreu em data que se poderá situar pouco depois de 1652. Esta personalidade, que também é conhecida por João Teixeira Albernaz I, para assim o diferenciar do seu neto homónimo, pertenceu a uma dinastia de cartógrafos de que se conhece um grande número de representantes e por um longo período de tempo, que vai desde os meados do século XVI até ao fim do século XVII. De entre as personalidades conhecidas da família Teixeira que se dedicaram à Cartografia verifica-se que a primeira a desenvolver as suas actividades em meados do século XVI foi Pêro Fernandes, pai dos cartógrafos Luís Teixeira, Marcos Fernandes e Domingos Teixeira. Este último foi pai do cartógrafo Pedro de Lemos. Quanto ao mais famoso cartógrafo desta dinastia, Luís Teixeira, que foi pai dos cartógrafos Pedro Teixeira e João Teixeira, sendo este pai de Estêvão Teixeira, cujo filho, João Teixeira Albernaz foi o último representante desta linhagem.

João Teixeira classificava-se como cosmógrafo e sabe-se que aprendeu a arte da Cartografia com o seu pai, tendo recebido a 29 de Outubro de 1602 a carta de ofício de mestre em fazer «cartas de marear, astrolábios, agulhas e balestillas» e a partir de 1605 trabalhou no Armazém de Guiné e Índia, onde exerceu actividade até ao fim da vida.

Os diversos tipos de trabalhos cartográficos realizados por João Teixeira podem repartir-se



FOTO: JOSÉ ANTONIO SILVA

pelas seguintes áreas: atlas do Brasil; atlas do Oriente; atlas universais; cartas de Portugal; cartas soltas.

Avelino Teixeira da Mota avaliou em 1960 que as obras de João Teixeira que chegaram até nós, quer as assinadas quer as que lhe podem ser atribuídas, perfaziam quatrocentas e nove cartas. Este número, que pode ser aferido com novos dados e outros critérios, dá bem a noção da grandeza do conjunto de uma obra que importa conhecer.

De entre os seus trabalhos identificaram-se até agora seis atlas universais, sendo o último aquele que está datado de 1643.

Atlas Universal de 1643

Este atlas é constituído por oito cartas traçadas em folhas de pergaminho com 48,6 × 66,1cm que foram dobradas e coladas pelo verso às metades correspondentes da carta anterior e da carta posterior.

Deste exemplar apenas se sabe que no século XVIII pertenceu a um capitão Francisco Ferroni e no século XX, José Carlos Salema Garção.



FOTO: JOSÉ ANTONIO SILVA

O título deste atlas lê-se no recto da primeira carta: *Livro Vniversal das Navegações Feito em Lisboa por João Teixeira Cosmographo de Sua Magestade Anno 1643*.

De seguida apresentamos uma sumária descrição do conteúdo das cartas que constituem este atlas:

1.^a carta, f. 1 v-2: Atlântico Norte com a Europa ocidental, o Noroeste de África e a Terra Nova.

2.^a carta, f. 2 v. 3: Atlântico Sul com as costas de África e do Brasil.

3.^a carta, f. 3 v-4: Sudoeste do Oceano Índico com a África Oriental, Madagáscar, o Sul da Índia, Ceilão e o Norte de Samatra.

4.^a carta f. 4 v-5: Próximo e Médio Oriente com o Mediterrâneo Oriental e o Norte do Oceano Índico.

5.^a carta f. 5 v-6: Sudeste Asiático e Extremo Oriente, com as costas desde o golfo de Bengala até ao Japão.

6.^a carta f. 6 v-7: Pacífico Norte desde a Nova Guiné e o Japão até ao México.

7.^a carta f. f. 7 v-8: América do Sul com as terras para sul do Equador, sem a parte oriental da costa do Brasil.

8.^a carta f. 8v-49: Atlântico Norte com as costas americanas desde a Terra Nova até ao Brasil, para lá do Maranhão, com as ilhas e as costas ocidentais da América Central.

As folhas deste atlas estão profusamente decoradas com iluminuras nas quais se mantêm elementos de uma tradição ornamental que vinha do século XVI, a qual se expressa na figuração das rosas do ventos, castelos com bandeiras, armas do rei de Portugal e de outros reis, a assinalar a posse de territórios, além de elementos a que se dá maior destaque, como a cruz junto da qual

está um cristão a rezar, no Congo, e uma tenda a marcar o reino do Preste João, na Etiópia. A leitura destas iluminuras poder-nos-ia levar longe, mas limitamo-nos a chamar a atenção para particularidades como aquela que se encontra na península Ibérica, onde se colocaram lado a lado as armas dos reis de Portugal e de Castela, numa clara manifestação visual de reafirmação da plenitude de uma independência orgulhosamente restaurada em Portugal.

As cartas acima referidas revelam um trabalho de características hidrográficas, que não está tão vincado nas restantes obras de João Teixeira, mas por outro lado verifica-se que os elementos ornamentais deste atlas o transformam na obra visualmente mais rica do conjunto dos seus trabalhos, sendo estas preocupações estéticas que o



FOTO: JOSÉ ANTONIO SILVA



FOTO: JOSÉ ANTONIO SILVA

levaram a aproximar-se de modelos que se encontram em atlas quinhentistas. Estes elementos são reveladores de uma realização de grande prestígio e responsabilidade que apontam para a possibilidade de estarmos perante uma obra destinada ao próprio rei D. João IV.

O atlas universal que João Teixeira fez em 1643 constitui o último de uma longa série de obras iniciada cerca de 132 anos antes com o atlas de Francisco Rodrigues (1511-1515). Entretanto o tempo dos atlas impressos que haviam começado a ser divulgados pelos holandeses desde o século XVI foi diminuindo a anterior importância da cartografia portuguesa manuscrita e de prestígio. Em Seiscentos os cartógrafos portugueses ainda assim procuravam manter as características de cartas e atlas que haviam sido pioneiros na revelação fascinante da nova imagem do Mundo que havia posto de lado os modelos ptolomaicos. A visão das diferentes partes da Terra que se espelha no belo atlas iluminado de 1643 é a dos tempos modernos que se haviam iniciado com os Descobrimentos Portugueses.

José Manuel Garcia

Cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa ■

Moçambique

→ NO ÂMBITO do Programa Indicativo de Cooperação 2004-2006, entre Moçambique e Portugal, foi assinado, no passado dia 16 de Fevereiro, o Acordo relativo ao Processo de Revitalização do Arquivo Histórico de Moçambique.

Como Parceiros neste Acordo figuram o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPBL), o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Ao IAN/TT, no âmbito das suas atribuições – cooperação internacional no domínio arquivístico e a emissão de pareceres sobre projectos de construção de arquivos –, compete:

- Elaborar, em articulação com o Arquivo Histórico de Moçambique/ Universidade Eduardo Mondlane, os programas de intervenção em três edifícios, sitos na Travessa do Varieté, n.º 58, Av. 25 de Setembro, n.º 1250 e no campus universitário, destinados, respectivamente, à Sede, aos Serviço de Transferência de suportes/Restauro/Publicações e Depósitos.

- Elaborar o programa preliminar para o futuro complexo do arquivo;
- Prestar acompanhamento técnico e monitorizar a implementação das diversas fases do empreendimento.

Contribuição das entidades financiadoras do Projecto:

IPAD € 205.078,00 – 2005;

IPBL € 100.036,00 – 2004

e € 93.204,00 – 2005;

IPPAR € 37.500,00;

UEM US\$ 221.800,00 – 2005.



Documentos da Ilha do Príncipe

São Tomé e Príncipe

→ DAR CONTINUIDADE à intervenção no Arquivo Histórico de São Tomé, iniciada em 1995 e desenvolvida em 1997 e 2001, é o objectivo do Programa Integrado de Cooperação que decorre actualmente com a participação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

A intervenção a realizar em 2005, no sentido de otimizar o investimento anterior, visa a aquisição de equipamentos e materiais, aumento da capacidade de arquivo – com recurso a estanteria compacta –, aquisição de equipamentos informáticos e a formação de técnicos profissionais.

O financiamento, no valor de € 66.731, é suportado pelo IPAD e IPBL.

→ A RECUPERAÇÃO de documentação histórica dispersa e avulsa que se encontra na Ilha do Príncipe, tendo como meta a integração no futuro Arquivo Histórico do Príncipe, é o objectivo do Programa de Cooperação que envolve as entidades já referidas.

Estão programadas as seguintes acções: transferência do acervo documental das instalações do

Secretário Regional para o edifício do «centro *Internet*», na praça principal da cidade; fornecimento de materiais e equipamentos básicos para limpeza da documentação e seu acondicionamento; fornecimento de mobiliário de escritório para dois postos de trabalho; fornecimento de estantaria; envio de uma missão de técnicos de arquivo

para localmente realizarem a higienização, avaliação e inventariação da documentação; levantamento da documentação que se encontra ainda nas roças.

O financiamento, a suportar pelo IPAD e IPBL, totaliza € 70.683.

Cabo Verde

→ DURANTE 2005, decorre um projecto que visa a continuação do apoio, no âmbito da Formação Profissional, ao Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, concretizado em 1997 e 2000.

Para o relançamento de uma programação regular incluindo o apoio ao desenvolvimento das novas valências decorrentes da Lei Orgânica recém-publicada desta Instituição, o projecto contempla:

Início de um programa de formação bial para técnicos de arquivo; instalação de uma rede estruturada para suporte das ligações informáticas; apoio técnico com vista à articulação das bases de dados documentais já existentes; fornecimento de equipamentos, materiais e consumíveis para a oficina de restauro.

O projecto, financiado pelo IPAD /IPBL num total de € 124.564, será coordenado tecnicamente e em conjunto pelo IPBL/IAN/TT. [1]

INFORMAÇÕES

Simpósio em Évora realça actualidade do pensamento de Cenáculo ■

AS COMEMORAÇÕES DO BICENTENÁRIO DA BIBLIOTECA PÚBLICA de Évora tiveram o seu início no passado dia 1 de Março. A escolha desta data deve-se ao facto de ser o dia do aniversário natalício de Frei Manuel do Cenáculo, o iluminado fundador desta e de outras bibliotecas.

Precisamente por este facto, o evento principal do dia foi um simpósio com o título «Frei Manuel do Cenáculo, Construtor de Bibliotecas». Este Simpósio contou com a participação de alguns dos nossos maiores estudiosos de História Cultural, das Mentalidades e História do Livro: Artur Anselmo e José Esteves Pereira (da Universidade Nova de Lisboa), João Carlos Brigola e Francisco Vaz, da Universidade de Évora e Manuela Domingos, da Biblioteca Nacional.

Esta reunião, amplamente participada, resultou numa excelente oportunidade para evocar o papel desempenhado por D. Frei Manuel do Cenáculo na criação da Biblioteca Pública de Évora e de outras bibliotecas públicas e particulares, nomeadamente, a Biblioteca do Convento de Jesus, a Biblioteca Pública de Beja, a Biblioteca Nacional de Lisboa e a Biblioteca da Academia das Ciências.

O pensamento de Cenáculo emerge durante o simpósio com uma notável actualidade, considerando a própria ideia de biblioteca que pôs em prática: uma biblioteca para, antes do mais, promover e divulgar o conhecimento e não um mero repositório de documentos por mais rico que este fosse. Não menos actuais, infelizmente, são as dificuldades que enfrentou, nomeadamente a escassez de recursos financeiros e de pessoal.

O dia 1 de Março assistiu ainda à inauguração de uma exposição da pintora Élia Ramalho, inspirada na poesia de Fernando Pessoa, culminando, à noite, com um concerto de canto e piano com Amílcar Vasques-Dias e António Salgado, que interpretaram composições inéditas a partir de textos do próprio Cenáculo.

Informação completa sobre as comemorações pode ser consultada no sítio da BPE (<http://www.evora.net/bpe/>), onde os interessados poderão também inscrever-se para receber com regularidade notícias actualizadas. |r|



Cartas dos Terceiros Condes de Rio Maior ■

O ESPÓLIO DE CERCA DE 2 500 CARTAS DOS TERCEIROS CONDES DE RIO MAIOR, de que é proprietário António Rugeroni de Saldanha, encontra-se em depósito na Torre do Tombo, na sequência de um acordo assinado no dia 15 de Março. |r|

Protocolos de Cooperação ■

O INSTITUTO DOS ARQUIVOS Nacionais/Torre do Tombo, no decurso de 2004, celebrou protocolos com as seguintes entidades:

Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, através do Ministério da Cultura; Rádio e Televisão de Portugal, S.G.P.S, S.A. através do Ministério da Cultura; Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica; Universidade de Coimbra, através do Departamento Académico, Divisão Técnico Pedagógica, Saídas Profissionais; Secretaria-Geral da Presidência da República; União das Misericórdias Portuguesas; Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Departamento de Geografia e Planeamento Regional.

Cartografia Virtual ■

O CENTRO DE ESTUDOS DE Urbanismo e de Arquitectura do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e de Empresa (ISCTE) e o IAN/TT celebraram, no dia 14 de Março, um protocolo de cooperação para desenvolvimento do *Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa*. Esta base de dados pode ser consultada em <http://urban.iscte.pt>.

Digitalização de Documentos dos séculos IX e X ■

A UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA e o IAN/TT assinaram, no dia 15 de Março, um protocolo tendo como objectivo, a digitalização, edição e estudos de documentos linguísticos dos séculos IX e X. |r|

AGENDA

Acaba de Sair ■

Tradução portuguesa das 2.^{as} edições da «ISAAR(CPF)» e da «ISAD(G)»

ENCONTRA-SE CONCLUÍDA e pronta para disponibilização na intranet (<<http://intranet.tt.pt>>) e no website do IAN/TT (<<http://www.iantt.pt>>) a tradução portuguesa da 2.^a edição da «ISAAR(CPF): Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias».

A versão original, da responsabilidade do Comité das Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos, foi adoptada em Camberra, Austrália, em Outubro 2003, e divulgada em Viena, no XV Congresso Internacional de Arquivos.

A tradução portuguesa é da responsabilidade do Programa de Normalização da Descrição em Arquivo (PNDA) e do Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo (GTNDA₂).



102 páginas, PVP € 12,50

Foi entretanto disponibilizada em papel, em edição do IAN/TT datada de Dezembro de 2004, a tradução portuguesa da 2.^a edição da «ISAD(G)», já acessível, desde 2002, no referido *website*.

A comunidade arquivística portuguesa passa assim a dispor das traduções das normas internacionais actualmente existentes para descrição em arquivo: ISAD(G)₂,

para a descrição da documentação, e ISAAR(CPF)₂, para a descrição dos produtores, bem como das orientações para a elaboração de instrumentos de descrição: Orientações para a preparação e apresentação dos instrumentos de descrição (acessível também no *website* do IAN/TT) –, todas da responsabilidade do Comité das Normas de Descrição do CIA.

As versões originais destas normas podem ser acedidas no *website* do CIA:

<<http://www.cia.org>>.

Embora as normas em questão sejam gerais, não dispensando portanto orientações e normas complementares, funcionam como um instrumento de trabalho indispensável, sobretudo enquanto se aguarda a conclusão das «Orientações Portuguesas para a Normalização da Descrição em Arquivo».

Joana Braga de Sousa e Lucília Runa

(PNDA)

EXPOSIÇÃO Heráldica Portuguesa na Porcelana Chinesa de Exportação ■

ABRIRÁ AO PÚBLICO, NO FINAL DO MÊS DE MAIO, UMA EXPOSIÇÃO DEDICADA ÀS RELAÇÕES ENTRE Portugal e a China, dentro do mesmo programa da que, em Dezembro último, foi inaugurada, em Macau, intitulada «Sob o olhar de Reis e Imperadores», e que incluiu documentos chineses da Torre do Tombo.

Nesta mostra, que inclui cerca de centena e meia de peças de porcelana chinesa de exportação da colecção Félix da Costa, mostra-se igualmente documentação da Torre do Tombo sobre os encomendantes dessas obras, bem como os principais livros de heráldica portuguesa.

A exposição estará aberta ao público durante dois meses.